

**REFLEXÕES E ANÁLISES ACERCA DA EDUCAÇÃO EM SISTEMA  
PRISIONAL, A PARTIR DA PENITENCIÁRIA DE NAVIRAÍ**

**Priscila Corrêa Dantas,**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS/CPNV,  
[priscilacorreadantas@gmail.com](mailto:priscilacorreadantas@gmail.com)

**Ednei de Genaro,**

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT,  
[ednei.degenaro@yahoo.com.br](mailto:ednei.degenaro@yahoo.com.br)

**RESUMO**

A educação prisional é um fator relevante e um dos meios utilizados para a ressocialização das pessoas privadas de liberdade. A prática de reinserção dessas pessoas é algo inquietante no Brasil, envolvendo dificuldades de ordem social, normativa e educacional. Este trabalho busca contribuir para a compreensão da educação prisional na Penitenciária de Segurança Máxima do município de Naviraí - MS, investigando a estrutura educacional, as formas de contribuições à cidadania, a partir de projetos educacionais voltados à ressocialização, e as opiniões dos envolvidos. O estudo foi fundamentado em autores como Oliveira (2013), Santos (2014) e Falcade (2017), que abordam a temática sobre prisão e educação. Foram analisados parâmetros legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal de 1984, que tratam dos direitos e deveres relacionados à educação incluindo os presos. Foram realizados trabalhos de campo, questionários com questões abertas, distribuídos à alunos da instituição, observações *in loco* e entrevistas semiestruturadas, com ex-professor, atual docente e ex-alunos. Analisou-se, enfim, unidade prisional que possui um trabalho educacional voltado a uma pequena parcela da população carcerária, baseada fundamentalmente em cursos técnico-profissionalizantes.

**Palavras-chave:** Educação Prisional; Ressocialização; Penitenciária de Segurança Máxima; Naviraí/MS.

## **1 INTRODUÇÃO**

A educação prisional é um fator relevante diante da sociedade, mesmo que, esta realidade esteja totalmente distante do cotidiano da maior parte da população. As chances de uma pessoa que sai da prisão voltar para o ambiente penitenciário são evidentes, ainda mais quando a mesma não (re)compõe a consciência, o sentido da cidadania e os conhecimentos suficientes para exercer uma profissão.

A abordagem do tema justifica-se devido a importância da investigação das estruturas educacionais oferecidas às pessoas à margem da sociedade, tendo em vista ainda mais ser este um tema pouco abordado. Justifica-se, também, pela tentativa de contribuição para futuras pesquisas científicas.

O objetivo geral do estudo consiste em investigar a realidade da educação prisional na Penitenciária de Segurança Máxima do município de Naviraí - MS, refletindo e analisando acerca de sua estrutura educacional, as formas de contribuições à cidadania, seus projetos educacionais voltados à ressocialização e as opiniões dos envolvidos.

Para a realização da pesquisa qualitativa de caráter descritivo foram realizadas pesquisas fundamentadas em autores como Oliveira (2013), Santos (2014) e Falcade (2017), que descrevem sobre a educação, as adversidades enfrentadas e a precariedade desta no interior das prisões. Ainda foram estudados parâmetros legais relacionados ao tema, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal de 1984, que descrevem, em alguns de seus artigos, os direitos da pessoa privada de liberdade igualmente no tocante à educação.

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com dois ex-alunos, dois professores, sendo um ex-professor e outro atual; assim como, questionários com questões abertas a 46 reeducandos, obtendo 26 respondidos e três selecionados. Além disso, foram realizadas três observações de campo no interior das salas de aula do estabelecimento prisional.

O trabalho foi organizado de forma a apresentar uma breve introdução sobre a temática educação no ambiente prisional e sua importância; em seguida, uma revisão da literatura, empregada no desenvolvimento; após, os processos metodológicos, com a discussão e análises de dados, e a conclusão.

Espera-se com a pesquisa empreender uma análise do cotidiano educacional dos internos da instituição, suas opiniões, bem como dos demais sujeitos envolvidos; refletindo, dessa forma, sobre aqueles que já cumpriram suas penas, tiveram acesso à educação na instituição e deixaram o estabelecimento.

Por fim, espera-se também evidenciar mudanças e permanências em relação à educação naquele ambiente, contribuindo então a uma reflexão em meio a sociedade, especificamente, sobre a importância de investimento público e privado na educação dos presos.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

De acordo com as teorias que sustentam a pesquisa, Santos (2014) traz apontamentos referentes à precarização da educação na prisão e descreve a respeito da escolha do interno, devido seu comportamento e grau de periculosidade, para que este possa ser selecionado e apto a estar em sala de aula.

Conforme divulgação do Conselho Nacional de Justiça, no ano de 2014, “[...] o Brasil é o terceiro país com a maior população carcerária do mundo, atingindo o total de 711.463 presos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, com 2,2 milhões de presos e da China, com 1,7 milhões de presos.” (SANTOS, 2014, p. 3). Falcade (2017) relata sobre os desafios da educação em meio às dificuldades do ambiente prisional, expondo a respeito da importância do ensino para a vida do indivíduo: “[...] educa-se para a cidadania, para o resgate da autoestima, para a autonomia de pensamentos e ideias, para a possibilidade de se inserir no mundo do trabalho no retorno à sociedade, quando em liberdade” (FALCADE, 2017, p. 137).

Santos (2014) concorda que a educação é essencial para a vida do indivíduo e, dessa forma, relata que “[...] o que exerce o poder de transformação mais relevante e eficaz, sem dúvida, é a educação [...]” (SANTOS 2014, p. 11).

A educação tem o poder de promover a mudança na forma de pensamento do indivíduo, fazendo com que este recupere o valor de si enquanto pessoa e cidadã. O preso só mudará sua forma de agir quando estiver fora da prisão, se primeiramente tiver obtido uma mudança no interior de si mesmo (SANTOS, 2014).

É de suma importância pensar sobre a reintegração dos presos à sociedade, tendo a educação como uma das formas para isto. Falcade (2017, p. 137) escreve que “[...] a educação na privação de liberdade assume um papel crucial e fundamental na socialização das pessoas encarceradas [...]”, enquanto Oliveira complementa escrevendo que também acredita na educação como meio de mudança na vida das pessoas privadas de liberdade, “[...] a educação emerge como uma forma alternativa de transformação do indivíduo, com a possibilidade de orientar o seu retorno ao convívio social” (OLIVEIRA, 2013, p. 183).

O ensino nas instituições penais também possui adversidades, bem como o ensino existente nas instituições pertencentes à sociedade; o primeiro, muito mais do que o segundo. Falcade (2017) afirma que se a própria sociedade sofre com a precariedade da qualidade educacional, imaginem com aqueles que estão encarcerados.

Mas, mesmo diante das dificuldades, a educação deve ser mantida como ferramenta relevante na reconstrução da vida social dos presos. Santos (2014), salienta que a educação transforma o indivíduo no sujeito central em relação a própria modificação, como também seu cenário exterior, obtendo a capacidade de reconstruir sua vida anteriormente destruída por meio da delinquência. Para Falcade (2017), a aprendizagem serve para toda a vida.

Além de tais autores que defendem a educação no interior das prisões, o Brasil possui leis que amparam as atividades a respeito. De forma mais ampla e fundamental, temos a Constituição Federativa do Brasil de 1988, em seu capítulo I, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, no Art. 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante (BRASIL, 2018, p. 17).

A Lei de Execução Penal de 1984 especifica: “A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado” (BRASIL, 2008, p. 23). Os parâmetros legais continuam e, conforme proposto pela Constituição Federal de 1988, em seu Título I, Dos Princípios Fundamentais, art. 3º, inciso IV, deve-se “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2018, p.15).

Desse modo, pode-se refletir sobre a responsabilidade pública, oferecida aos docentes, quando este tem a oportunidade de estar atuando em um ambiente prisional e transformar a vida do interno, por meio de ambiente educacional, tanto dentro da prisão quanto fora dela (FALCADE, 2017). Portanto, a educação se faz um dos importantes mecanismos na busca de mudar para melhor a vida social da pessoa encarcerada.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, foi realizada na Penitenciária de Segurança Máxima do município de Naviraí MS, tendo como sujeitos dois ex-presidiários, que atualmente cumprem pena em regime semiaberto, 46 internos, o gestor do local, a pessoa responsável pela educação na instituição, um ex-professor e um dos professores atuais do estabelecimento. Todos os sujeitos tiveram suas identidades preservadas.

De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1998), os métodos qualitativos se caracterizam:

Em decorrência da feição indutiva que caracteriza os estudos qualitativos, as etapas de coleta, análise e interpretação ou formulação de hipóteses e verificação não obedecem a uma sequência, cada uma correspondendo a um único momento da investigação, como ocorre nas pesquisas tradicionais. A análise e a interpretação dos dados vão sendo feitas de forma interativa com a coleta, acompanhando todo o processo de investigação. (ALVES-MAZZOTTI E GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 162).

Ainda nessa perspectiva, conforme Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como um de seus aspectos:

[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados [...] (GIL, 2002, p.42).

Desta forma, para um melhor entendimento de como foi elaborado o estudo, definiu-se as etapas que foram seguidas no decorrer da pesquisa:

1ª etapa: Seleção e análise dos materiais bibliográficos direcionados aos fundamentos teóricos do artigo.

2ª etapa: Visita ao recinto penitenciário no município de Naviraí- MS; diálogo com o gestor do local sobre a realização da pesquisa e solicitação de autorização para realização do estudo no interior da unidade. Visita ao interior do presídio, acompanhada pelo gestor, sendo adquiridos dados importantes para o desenvolvimento do trabalho.

3ª etapa: Planejamento dos dias de observações realizadas na unidade, cujo objetivo foi observar por três dias com duração de 4h para cada observação, totalizando 12 horas. Como também foram produzidos os roteiros para a elaboração dos questionários que foram compostos por cinco questões abertas e as entrevistas semiestruturadas também contendo cinco questões a serem realizadas com os sujeitos da pesquisa.

4ª etapa: Aplicação das entrevistas, tendo como sujeitos: um ex-professor com idade de 60 anos e um dos professores atuais com idade de 35 anos, a fim de saber sobre a história da educação dentro da unidade, e como esta acontece atualmente, bem como suas opiniões sobre o assunto; e dois ex-internos, com idades de 25 e 39 anos, com a finalidade de obter o conhecimento sobre suas opiniões a respeito do ensino que receberam na unidade.

5ª etapa: Aplicação dos questionários que tiveram como sujeitos: o profissional responsável pelo setor da educação no local, com idade de 34 anos, com o objetivo de comparar as respostas e investigar divergências entre os professores entrevistados, 46 internos com idades entre 20 e 51 anos, obtendo 26 questionários respondidos e três selecionados, com o objetivo de conhecer como pensam a respeito da educação atual no local, e comparar possíveis mudanças relacionadas às entrevistas cedidas pelos ex-internos.

6ª etapa: Nesta fase ocorreram as observações realizadas em três dias no interior das três salas de aula do estabelecimento penal, tendo duração de 4h cada dia de análise.

7ª etapa: Análise dos dados coletados para a elaboração do artigo científico. A pesquisa serviu como Trabalho de Conclusão de Curso, de Pedagogia da UFMS/Câmpus de Naviraí.

## **4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

De acordo com observações realizadas por 3 dias no interior das salas de aula da unidade, pôde-se refletir acerca da educação oferecida naquele ambiente. No primeiro



dia, na sala da turma de módulo inicial, 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental, inicialmente, notou-se um ótimo relacionamento entre professor-aluno e aluno-aluno; o que se faz de extrema importância em todos os ambientes escolares, mas principalmente em unidades prisionais, onde um dos principais objetivos da educação é a ressocialização dos internos.

Contudo, notou-se a dificuldade do professor em trabalhar com materiais pedagógicos específicos para Educação de Jovens e Adultos. O material pedagógico, utilizado pela professora naquele momento, foi considerado infantilizado, pouco apropriado na visão de alguns alunos.

No segundo dia, na sala da turma de módulo intermediário, 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental, observou-se a preocupação, por parte do professor, em relação à vida emocional, como também religiosa dos alunos. O docente realizou leituras bíblicas, enfatizando sobre consequências ruins de erros praticados, bem como o arrependimento por ter errado.

O professor também trabalhou de maneira a proporcionar uma maior interação entre os alunos, de forma a envolvê-los em brincadeiras e jogos. Eles jogaram cartas, ping pong, pega-varetas e dominó, demonstrando uma ótima participação, bem como sentimento de alegria, por estarem participando daqueles momentos.

No mesmo dia, também foi observado a sala do módulo final, Ensino Médio. Naquele momento, o educador trabalhou com tarefas que envolveram assuntos sobre comportamentos, caráter e sentimentos, com o objetivo de fazer com que os alunos compreendessem essas questões, como também lidarem com fatores como defeitos e qualidades de si mesmos.

No terceiro e último dia foi observado um dia atípico na unidade, em que todas as turmas se juntaram e celebraram o encerramento do primeiro semestre do ano de 2018. Os professores organizaram uma pequena festividade em que os alunos participaram por meio de apresentações envolvendo canções, jogos e brincadeiras.

Houve apresentações de canções, dentre elas destacou-se “Asa Branca” composição de Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga. Os professores naquele momento relacionaram a música à vida dos detentos, como se esta traduzisse um pouco de como eles se sentem naquele lugar e da esperança que possuem de um retorno para o seu lar.

Foram momentos interessantes, principalmente em relação à forma como os internos interagiram e de como ficaram satisfeitos. Foi possível refletir sobre uma

educação transformadora naquele ambiente, uma educação que traz um pouco de alegria às pessoas que sobrevivem a um cotidiano tão difícil, como os privados de liberdade.

## EX E ATUAIS PROFISSIONAIS DO SETOR EDUCACIONAL

Os sujeitos da pesquisa foram identificados como: Profissional responsável pela educação (P.R.E), que respondeu a um questionário; ex-professor (P.1) e professor atual (P.2), que responderam às entrevistas.

Em relação ao entendimento dos profissionais pesquisados sobre educação em um ambiente penitenciário, estes mencionaram que:

P.R.E: Considerando que o Código de Processo Penal (CPP), a Lei de Execuções Penais (LEP), o Regimento Interno Básico das Unidades Prisionais (RIBUP) asseguram a pessoa presa todos os direitos não atingidos pela sentença. E, sendo assim, ofertar a assistência educacional ao apenado, além de ser um direito da pessoa presa é uma forma positiva do Estado contribuir com a ressocialização do apenado, possibilitando um meio para o preso remir a sua pena através do estudo, e dar continuidade em seus estudos [...]

P.1: No ambiente escolar, ela [educação] era ótima, eu trabalhei lá quatro anos e meio e nunca tivemos problema nenhum dentro de sala de aula, e o convívio entre eles era muito respeitoso, entre eles e com os professores.

P.2: Ah! Ela [educação] tá lá eu acho que para tentar fazer com que o detento ele seja... Use o seu tempo livre para alguma coisa que seja benefício, além da parte de que eles se interessam, porque eles aproveitam esse tempo lá, que é um tempo perdido da educação lá fora, que muitos deles entraram nessa situação até mesmo por conta da falta de oportunidade de escola mesmo. E depois, porque eles têm as vantagens em estudar, eles conseguem fazer a remissão de pena, então assim, é interessante, é importante para eles.

Conforme o relato do P.R.E, que possui conhecimentos relacionados a algumas leis para benefício dos internos, a educação é entendida como um direito do preso, bem como considera a ressocialização como uma forma de contribuição do Estado, promovendo um meio para que o presidiário possa, ao mesmo tempo, diminuir o período de prisão e também continuar seus estudos.

De acordo com a fala do P.1, a educação nestes ambientes é capaz de promover o bom comportamento e ainda o bom relacionamento entre os detentos e os profissionais envolvidos. P.2 entende esta educação enquanto uso do tempo livre para fazer algo de



bom ou para obter remissão de pena por meio dos estudos e também uma oportunidade de recuperar o tempo em que não estudou enquanto estava livre.

Os profissionais citaram aspectos importantes em relação à educação prisional, fazendo lembrar uma caracterização de Falcade (2017, p. 137): “[...] educa-se para a cidadania, para o resgate da autoestima, para a autonomia de pensamentos e ideias, para a possibilidade de se inserir no mundo do trabalho no retorno à sociedade, quando em liberdade.”. Quando questionados sobre se todos os internos da unidade penal pesquisada possuem acesso à educação, as respostas dos profissionais foram:

P.R.E: Sim, porém os internos do pavilhão de processados não podem estudar na escola, pois estes internos ainda não tem uma condenação, podendo assim estar saindo em semiaberto ou liberdade de uma hora para outra, sendo assim se este interno viesse a estudar estaria tirando a vaga de outro que tem uma condenação de anos, no entanto estes internos processados têm direito a fazer cursos e assim tendo acesso à educação.

P.1: Todos tinham o direito, mas nem todos tinham acesso porque não tinha sala para todos, não tem ambiente para todos, então o que precisava para atender a todos os alunos era aumentar as salas de aula, só tínhamos três salas de aula lá. Então não atendia a todos devido a parte física não ser o suficiente para atender esses alunos.

P.2: [...] quem está dentro da escola não é qualquer um, então é uma seleção. Eles são um grupo seletivo, não é todo um conjunto. Existe uma prova de classificação, mas a seleção é feita pela segurança junto à assistência social, [...] porque um preso, para ele ser aluno, ele tem que ter é... Bom comportamento [...] é uma prova mais classificatória [...] é uma coisa mais segurança mesmo junto com a assistência, para promover essa ressocialização naqueles que eles acham que é interessante, vamos dizer assim. [...] a gente tem lá, cinquenta vagas só, são três turmas [...] é pequena a extensão lá, [...] na verdade eu acho que até, não tem nenhuma... estrutura física também não permite [...] então a maioria não é aluno, é uma minoria.

A fala do P.1 se relacionou com a fala do P.2 na questão da estrutura física do espaço destinado às salas de aula no interior da unidade. A fala do P.2 se relacionou também com o que escreve Santos (2014) a respeito da escolha do interno, devido seu comportamento e grau de periculosidade, para que este possa ser selecionado e apto a estar em sala de aula.

Quanto à fala do P.R.E, esta consideramos incoerente, pois a educação é um direito de todos e não há nenhuma lei que justifique o fato de o preso com situação em

fase de processo não ter o direito à educação. Os demais cursos oferecidos na instituição penal também são importantes, porém apenas profissionalizantes.

Além de projetos que destacam cursos profissionalizantes para incentivo ao trabalho, é importante ressaltar a implantação de projetos que visam à formação pessoal dos internos. Sendo assim, Santos (2014, p. 11) relata que: “[...] o que exerce o poder de transformação mais relevante e eficaz, sem dúvida, é a educação [...]”.

Sobre a questão relacionada à existência de projetos específicos de educação, a fim de promover a ressocialização dos presos, as respostas foram as seguintes:

P.R.E: Existem ofertas de cursos técnicos em parceria com SENAI e projeto de remissão por leitura que ainda está em fase de implantação, pois necessitamos de parceiros para a execução deste projeto.

P.1: Sim. É... Não nós professores, mas nós percebíamos que vinham os professores do SENAI, tinha o curso de padeiro, tinha o curso de pedreiro. Que ajudava muito na ressocialização desses internos.

P.2: Então, nós da escola em si, a gente não faz nenhum projeto específico para isso, eu sei que tem a assistência social, que trabalha junto com a escola lá e que tem algumas ações [...] tem preso que trabalha na parte da enfermagem lá [...] tem preso que trabalha na parte de construção civil, tem preso que trabalha, na cozinha [...] eu penso que é uma das formas até da ressocialização mesmo.

De acordo com a resposta do P.R.E, necessita-se de parcerias para a realização do projeto de leitura que a unidade pretende adotar. Em sua fala, observa-se a questão dos projetos profissionalizantes, que como outrora relatado, também são importantes para a ressocialização, mas que visam apenas à formação para o trabalho.

Conforme a fala do P.1, a questão dos cursos profissionalizantes se repete. Desse modo, a problemática se relaciona com a resposta do P.R.E. Segundo o relato do P.2, observa-se mais uma vez a ênfase na questão dos cursos profissionalizantes. Claro que o trabalho se faz importante na vida de qualquer cidadão, porém, este também necessita obter conhecimentos para benefício de si mesmo, de sua cidadania e do mundo ao seu redor.

A educação tem o poder de promover a mudança na forma de pensamento do indivíduo, fazendo com que este recupere o valor de si enquanto pessoa e cidadã. O preso

só mudará sua forma de agir quando estiver fora da prisão, se primeiramente tiver obtido uma mudança no interior de si mesmo (SANTOS, 2014).

Em relação à opinião dos profissionais acreditarem ou não que a educação seja capaz de promover a reinserção do preso em meio à sociedade, esses responderam que:

P.R.E: Sim, grande parte dos internos que estão estudando tem uma visão diferente, quando saem em liberdade querem continuar seus estudos e abandonar a criminalidade [...]

P.1: Quando eles estão em sala de aula, o convívio deles é mais amoroso é mais calmo, mais tranquilo, eles se socializam mais entre eles mesmos, há uma participação, há um interesse também, não só na ressocialização, mas eles se respeitam mais dentro da sala de aula sabe? Então eu acredito que a educação é muito importante para o convívio interno, deles lá [...]

P.2: Eu acho que sim, a gente costuma assim, deixar eles bem à vontade no sentido de que quando eles saírem de lá, eles vão ter a mesma oportunidade de estudar aqui fora, que isso vai melhorar oportunidades profissionais depois. Então eu penso que sim, que ajuda bastante [...]

Conforme as respostas dos sujeitos pesquisados, todos acreditam na educação como forma de contribuição para a ressocialização dos presos. Os profissionais fazem diversos apontamentos em relação a isto, como por exemplo, a mudança no modo positivo de agir e tratar uns aos outros no interior das salas de aula. Sendo assim, de acordo com Falcade (2017, p. 137) “[...] a educação na privação de liberdade assume um papel crucial e fundamental na socialização das pessoas encarceradas [...].”

Por fim, foi indagado aos profissionais se estes fariam alguma mudança em relação à educação prisional. Esses disseram que:

P.R.E: Atualmente não. Somente gostaria de acrescentar, sala de informática com acesso a internet, para podermos ter Ensino Superior na unidade, na modalidade EAD.

P.1: Pelo menos o tempo que eu fiquei lá, eu não mudaria nada, a educação estava sendo feita conforme é feito regularmente aqui fora, eu só gostaria que tivesse acesso a todos os detentos [...] não conseguimos atender todos [...] se tivesse mais acesso, acredito que poderia abranger uma quantidade bem maior de alunos.

P.2: [...] lá principalmente eu mudaria o currículo, não tem porquê eu trabalhar muita coisa lá que eles não têm embasamento, então assim, a gente tem o processo de classificação deles e reclassificação dentro da

escola; muitas vezes não está de acordo com o que a gente espera na verdade de quem estaria naquele nível. Então, assim, a ementa curricular eu mudaria, eu mudaria o processo em si, porque a gente tem lá classes multisseriadas e isso não é interessante, então eu acho que deveria ter uma classe para cada nível mesmo [...]

Observando os relatos, de acordo com o P.R.E, esse acrescentaria a modalidade de ensino a distância para que os internos tenham acesso ao ensino superior. O P.1 relatou ser importante que todos os internos tivessem acesso à educação, o que por diversas razões já mencionadas, não acontece no estabelecimento.

O P.2 relatou encontrar dificuldades em relação ao currículo desse tipo de educação, pois o nível de aprendizagem dos alunos não se encontra da forma como o professor espera, devido ao processo de classificação realizado para essa situação, o que de acordo com o profissional, deveria ser modificado, o que corrobora com um apontamento da especialista Falcade (2017), esta diz que se a própria sociedade sofre com a precariedade da qualidade educacional, imaginem com aqueles que estão encarcerados.

## **EX E ATUAIS ALUNOS DA UNIDADE PRISIONAL**

A escolha do material coletado se deu devido ao número de recorrências em relação às respostas. Os sujeitos foram identificados como: Ex-Aluno A e Ex-Aluno B; aluno A, Aluno B e Aluno C. Ao serem questionados em relação a como eram as aulas na instituição e se eles gostavam, as respostas foram:

Ex-Aluno A: Boa. Eu gostava, porque eu tinha estudado no Paraguai, eu não tinha estudado nenhum ano aqui no Brasil, eu iniciei o primeiro ano aqui, mas eu já tinha já, um pouco de leitura.

Ex-Aluno B: Boa, tranquilo. Os professores todos deram muito suporte para a gente, gostava muito.

Aluno A (Módulo inicial): As aulas são muito boas e as professoras ensinam bem, principalmente a educação para nós. Eu adoro as aulas na instituição, uma boa para sair daqui mais inteligente.

Aluno B (Módulo intermediário): Muito bom, pois com essa oportunidade podemos ter uma chance de não só aprendermos, mas também adquirir mais conhecimento. Gosto muito, porque através da educação, vou encontrar a saída desse mundo sombrio e escuro, que é o crime.

Aluno C (Módulo final): As aulas aqui nesta instituição são ótimas e muito produtivas para o reeducando. Eu gosto muito de estudar estou aprendendo dia após dia.

De acordo com as respostas dos sujeitos, a educação é vista de forma positiva, e como ferramenta transformadora em suas vidas, em diversos aspectos. Eles ainda destacaram o apoio dado pelos professores, o que é de suma importância para a recuperação desses indivíduos, como asseverou Oliveira (2013, p. 183): “[...] a educação emerge como uma forma alternativa de transformação do indivíduo, com a possibilidade de orientar o seu retorno ao convívio social.”

Quando indagados sobre o que esperam alcançar após terem tido acesso a educação na unidade penal, eles relataram que:

Ex-Aluno A: Melhoria, isso eu espero alcançar, no aprendizado, para mim não foi só estudar que foi por exemplo marcante na minha vida, foi em tudo, não foi só o estudo. Eu aprendi assim, ser mais paciente, saber tolerar, então isso que eu aprendi lá, eu já era uma pessoa assim paciente, mas a partir de lá, muito mais ainda.

Ex-Aluno B: Concluir o Ensino Superior, Educação Física, no momento é tentar conseguir esse objetivo, depois mais para a frente...

Aluno A (Módulo inicial): Completar meus estudos para não voltar mais nesse local que eu me encontro hoje.

Aluno B (Módulo intermediário): Quero com certeza abraçar essa chance, traçando um objetivo para um futuro melhor.

Aluno C (Módulo final): Em relação a educação que estou recebendo nesta escola, está sendo muito bom, retomei meus estudos e pretendo terminar e fazer uma faculdade.

Em suas respostas, eles demonstraram querer alcançar a mudança como um todo, relatando ainda a pretensão de alcançarem o término de seus estudos e mesmo ingressarem em uma faculdade. Os relatos desses sujeitos nos mostram a importância da educação para o desenvolvimento, como também a regeneração da pessoa privada de liberdade. Ainda refletindo sobre a temática acima, quando questionados se eles observaram mudanças em relação a si mesmos, após terem tido contato com os estudos, os indivíduos mencionaram que:

Ex-Aluno A: Sim. Melhorei muito como pessoa, aprendi muito também, em tudo na vida, todos os sentidos.

Ex-Aluno B: Sim. A forma de pensar, a gente "abre mais a mente", a gente fica "mais aberto", não fica com aquela "mente fechada" [...]

Aluno A (Módulo inicial): Encontrei várias mudanças em mim, estou aprendendo mais do que eu sabia. E depois, a minha educação ficou melhor.

Aluno B (Módulo intermediário): Sim. Tive várias mudanças, como no meu comportamento, em relação ao que eu era e ao que sou agora; mudei a forma de tratar as pessoas, ganhei educação, respeito tanto dos detentos como num todo. Aprendi a comportar-me de forma correta e respeitosa aos professores, agentes, etc.

Aluno C (Módulo final): Com toda certeza, desde que retomei os estudos, notei que não esqueço as coisas e a facilidade em fazer contas.

Conforme suas falas, nota-se que todos observaram mudanças no que se trata da forma de pensar e agir. Estes são fatores de suma importância para que possam ter uma vida diferente ao retornarem ao convívio social. De acordo com Santos (2014), a educação transforma o indivíduo no sujeito central em relação à própria modificação, como também seu cenário exterior, obtendo a capacidade de reconstruir sua vida anteriormente destruída por meio da delinquência.

Ao serem questionados sobre a existência ou não de desafios e/ou dificuldades em relação ao cotidiano no interior da unidade para que participassem das aulas ministradas, os participantes, responderam que:

Ex-Aluno A: Não. Para mim não foi desafio nenhum, porque eu queria também estudar, não houve desafio.

Ex-Aluno B: Não. Para mim foi tranquilo, sempre tive um bom convívio lá dentro.

Aluno A (Módulo inicial): Não existe dificuldade para frequentar as aulas. Eu participo das aulas com o maior prazer. As aulas servem para ficar mais inteligente e educado.

Aluno B (Módulo intermediário): Sim. O desafio é você querer vencer, acordar sempre com a vontade de vencer, fazer algo de melhor, ter um objetivo. Eu graças ao meu bom Deus, tenho conseguido.

Aluno C (Módulo final): Graças a Deus ainda não teve desafios, claro, quando queremos algo não terá dificuldades.

Analisando as respostas, observa-se que, nestes casos, não houve nenhuma dificuldade relacionada ao cotidiano dos sujeitos pesquisados que interferisse na participação das aulas, exceto quando relataram sobre força de vontade e determinação para vencerem seus próprios obstáculos.



Diante do disposto, considera-se o fator como algo favorável em relação ao ensino/aprendizagem dos sujeitos que têm ou que tiveram acesso à educação na instituição analisada. Assim, de acordo com a Lei de Execução Penal, “A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.” (BRASIL, 2008, p. 23).

Quanto às opiniões dos sujeitos sobre a questão da educação recebida no ambiente prisional ser capaz de ressocializar os indivíduos privados de liberdade e se eles seriam exemplos disso, suas respostas foram:

Ex-Aluno A: Eu acho. Claro! Porque, vamos supor assim, a pessoa sem estudo é vendada, ela não percebe o que é certo o que é errado e era assim comigo, porque depois que eu estudei, esse pouco que eu estudei, minha vida transformou. Então eu acho que é um exemplo.

Ex-Aluno B: Sim. Basta também o indivíduo querer, eu vou usar meu exemplo, eu passei lá o sufoco, estou indo, graças a Deus estou conseguindo, mas, se a pessoa não querer não tiver força de vontade, não adianta, que pode fazer o que for, que a pessoa, se ela não querer, o indivíduo não querer, não vai conseguir nada. Porque lá, querendo ou não, abre muitas portas para você fazer coisa errada [...]

Aluno A (Módulo inicial): A educação nesse ambiente é capaz de fazer com que sejamos readaptados à sociedade e venhamos sair daqui mais inteligentes para não voltarmos para esse ambiente [...] eu sirvo de exemplo, porque quando que eu sair desse local, quero terminar meus estudos.

Aluno B (Módulo intermediário): Sim. Acredito no que cada um é capaz. Tenho sonhos, objetivos e muita fé em Deus, acredito que Ele vai me ajudar a caminhar no caminho certo. Porque tudo o que é bom, pretendo levar comigo e o que é mau e ruim, não quero repetir na minha vida, quero dar a volta por cima e tudo vai dar certo em nome de Jesus Cristo.

Aluno C (Módulo final): Na minha opinião a escola neste ambiente é a melhor coisa para se reintegrar à sociedade brasileira e poder voltar ao mercado de trabalho. Eu vou ser um exemplo, quero muito cursar faculdade de direito.

Observou-se, conforme a fala do Ex Aluno A, que a pessoa sem instrução não possui visão, no sentido de não compreender sua própria realidade, bem como o mundo à sua volta. Portanto, ele concorda com o fato de ser possível que a educação promova a reintegração do indivíduo à sociedade.

O Ex Aluno B concorda que a educação pode reintegrar o interno, porém, destacou a questão da força de vontade por parte do preso, pois, segundo ele, a prisão oferece muitas oportunidades para continuidade nas práticas criminais. Contudo, ele considera-se como exemplo de que a educação pode sim promover a reintegração e acredita estar conseguindo seguir o caminho certo. O Aluno A relatou acreditar na readaptação à sociedade por meio da educação e destacou querer dar continuidade aos seus estudos quando estiver em liberdade.

O Aluno B acredita em suas capacidades e enfatizou ter sonhos e objetivos a serem cumpridos, acreditando na educação como forma de reinserção à sociedade. O Aluno C, relatou acreditar na educação, não apenas como forma de ressocialização, mas também como maneira de inserir-se novamente no mercado de trabalho, mencionando o desejo de cursar Direito. Como ponto comum, todos se enxergaram como pessoas capazes de mudar suas formas de pensar e agir por meio da educação.

Ressalta-se, por fim, o que escreve a Constituição Federal de 1988, em seu Título I, Dos Princípios Fundamentais, art. 3º, inciso IV, deve-se “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2018, p.15). Dessa forma, os presos necessitam e devem ser atendidos com seriedade e comprometimento por parte do Estado, também na questão educacional.

## 5 CONCLUSÕES

O estudo realizado teve como objetivo analisar a realidade da educação prisional na Penitenciária de Segurança Máxima de Naviraí - MS, para que se pudesse pensar a respeito da estrutura educacional no estabelecimento, as contribuições à cidadania e reinserção dos presos por meio de projetos educacionais, bem como as opiniões dos envolvidos.

Conforme as investigações realizadas durante o processo deste estudo, em que foram envolvidos questionários com questões abertas, entrevistas semiestruturadas e ainda observações realizadas no interior das salas de aula da unidade pesquisada, foi

possível refletir sobre diversas questões, das quais muitas se confirmaram de acordo com a fundamentação teórica utilizada.

O estudo desenvolvido neste trabalho evidenciou que a educação no interior do estabelecimento analisado é vista por diversas perspectivas pelos profissionais que atuam e/ou atuaram no setor. Ao mesmo tempo em que a consideram de suma importância para a reinserção dos presos, relataram diversas dificuldades na questão de como esta se aplica de acordo com as estruturas educacionais e normativas.

Conforme a reflexão sobre as opiniões dos ex e atuais alunos, percebeu-se que estes se enxergam esperançosos por estarem tendo acesso ao ensino, relatando ser a oportunidade de mudança de vida, fora das práticas criminais. Ora, a educação contribui para que o preso consiga refletir sobre a concepção do mundo ao seu redor, traçando, dessa forma, novos objetivos no momento em que estiver livre.

Na perspectiva do atual responsável pelo setor, a educação não necessita de maiores mudanças, a não ser a introdução de uma modalidade de ensino à distância. Mas, acreditamos que se faz necessário a inserção de projetos sólidos e específicos para fortalecer a ideia de ressocialização dos presos. Conforme o que foi analisado, existem planos para o desenvolvimento de apenas um projeto voltado à educação.

O projeto, em fase de planejamento, terá como proposta a leitura por remissão de pena, que permitirá ao interno, ler livros de literatura. Em continuidade, o reeducando realizará uma resenha de acordo com o livro escolhido, para que dessa forma, a leitura possa ser avaliada por participantes do projeto. Assim, o preso terá esta ação somada à sua remissão de pena.

A unidade possui apenas projetos de ressocialização voltados ao trabalho, fazendo com que se instrua apenas um “bom trabalhador”, excluindo a oportunidade aos indivíduos de se perceberem como pessoas com opiniões próprias, capazes de raciocinar sobre os diversos aspectos de suas vidas, e de seu exterior.

Finalmente, consideramos que, em relação à educação na unidade prisional do município de Naviraí - MS, esta tem acontecido, porém de forma ainda limitada, não sendo oferecida a todos, por motivos relacionados à falta de execução das normas específicas para a efetivação da educação dentro da unidade, bem como as dificuldades em relação às estruturas educacionais no local.

Desta maneira, garantindo a oportunidade de ressocialização por meio da educação, a uma minoria da população carcerária, excluindo dos demais o direito ao ensino. Portanto, ainda há muitas dificuldades a serem superadas para a melhoria da educação naquele ambiente.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. [recurso eletrônico]. -- Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>> . Acessado em: 16 jun. 2018.
- BRASIL. **Lei de Execução Penal (1984)**. Lei de Execução Penal: Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984: institui a Lei de Execução Penal, – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008. 121 p. – (Série Legislação; n. 11). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l7210.htm)>. Acessado em: 23 jun. 2018.
- FALCADE, Ires Aparecida. **O Desafio da Educação Social nas Adversidades da Privação de Liberdade**. CADERNOS DE PESQUISA: PENSAMENTO EDUCACIONAL, v. 12, n. 30, p. 129-142, 2017. Disponível em:<<https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/508>> . Acessado em: 20 jun. 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Classificar as Pesquisas**. 2002. Disponível em: <<http://www.madani.adv.br/aula/Frederico/GIL.pdf>> . Acessado em: 26 fev. 2018.
- MAZZOTTI, Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. O Planejamento de Pesquisas Qualitativas, cap.7, p. 162, 1998. Disponível em: <[http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2007/T1-1SF/Canrobert/Pesquisa\\_Quantitativa.pdf](http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2007/T1-1SF/Canrobert/Pesquisa_Quantitativa.pdf)>. Acessado em: 23 fev. 2018.
- OLIVEIRA, Leandra Salustiana da Silva; ARAÚJO, Elson Luiz de. **A educação escolar nas prisões: um olhar a partir dos direitos humanos**. Revista Eletrônica de Educação, v. 7, n. 1, p. 177-191, 2013. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/633/233>>. Acessado em: 19 jun. 2018.
- SANTOS, Marcela de Azevedo dos. **A Precarização da Educação no Sistema Penitenciário Brasileiro Sob o Prisma da Ressocialização dos Presos**. REVISTA: EDUCAÇÃO SABERES E PRÁTICAS, v. 3, n 1, 2014. Disponível em: <<http://revistas.icesp.br/index.php/SaberPratica/article/viewFile/79/58>>. Acessado em: 17 jun. 2018.